

Os credores europeus duvidam de um acordo

A fixação do mandato do presidente José Sarney em apenas quatro anos, decidida pela Comissão de Sistematização da Constituinte, poderá ter uma consequência econômica da maior importância e gravidade. Difícilmente o governo brasileiro conseguirá concluir um acordo global e plurianual com seus credores privados até o fim de junho do ano que vem. Essa era a impressão generalizada dos meios financeiros europeus, especialmente banqueiros franceses envolvidos com a dívida brasileira e ouvidos ontem pelo **Jornal da Tarde** em Paris.

Os credores privados estão considerando mais prudente esperar pela instalação do novo governo, em 1989, admitindo, até lá, acordos provisórios como o assinado recentemente. Eles reconhecem que o recente acordo provisório não foi dos mais favoráveis ao Brasil, sendo mínimas as diferenças

com os acordos anteriores. Por isso, acreditam que o mais plausível será continuar "empurrando com a barriga" até que o novo governo — muito provavelmente saído de um sistema parlamentarista e legitimado por uma eleição presidencial direta — assumira suas funções em 1989.

Nessas circunstâncias, a tão anunciada negociação global com os credores privados só poderá ser encerrada muito mais tarde do que se imagina. Teme-se apenas que a deterioração ainda maior da situação econômica (os indicadores do Plano Bresser já apresentam sinais preocupantes) possa resultar em pressões internas e externas irresistíveis para que o processo eleitoral seja ainda mais acelerado no País. Essa hipótese não era descartada ontem por certas áreas financeiras francesas que acompanham de perto a evolução política no Brasil, obvia-

mente porque seus interesses também estão em jogo.

Outra constatação desses mesmos setores financeiros refere-se ao recurso ao Fundo Monetário Internacional (FMI), indaga-se como, às vésperas de uma eleição presidencial, que deverá se realizar o mais tardar dentro de um ano, o PMDB poderá admitir a hipótese de o governo que apóia recorrer ao FMI. Assim sendo, apesar de o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ter afirmado que considerava razoáveis os termos do acordo provisório que prevê uma negociação com o FMI, dificilmente o partido terá condições para endossar em praça pública essa posição em plena campanha presidencial. Afinal, o PMDB passou muito tempo criticando a política do FMI, apontada como uma das principais responsáveis pela crise econômica brasileira. (RJ)